

O CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT JANAÍNA DUTRA ENQUANTO INSTRUMENTO DE ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ DE FORTALEZA/CE: ENTREVISTA COM ALAN LUZ¹ E AMANDA FÉLIX²

THE LGBT REFERENCE CENTER JANAÍNA DUTRA AS A WELCOMING INSTRUMENT FOR THE LGBTQIAPN+ POPULATION OF FORTALEZA/CE: INTERVIEW WITH ALAN LUZ AND AMANDA FÉLIX

Mayara Barreto de Castro³

Resumo: O Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, em Fortaleza, é um espaço de acolhimento, defesa e promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+, desempenhando um papel crucial na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades e da violência que afetam essa comunidade. Criado pela Lei Complementar nº 133, de 28 de dezembro de 2012, o Centro surgiu como uma resposta à crescente demanda por serviços especializados voltados à população LGBTQIAPN+. Este Centro não é apenas um espaço físico de atendimento, mas um símbolo de resistência e luta pelos direitos humanos. Esta entrevista foi realizada com Alan Luz, homem gay, e Amanda Félix, travesti, profissionais vinculados ao Centro de Referência LGBT Janaína Dutra e que também fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. Suas vivências conferem ainda mais força e legitimidade às falas sobre os desafios, avanços e limites do serviço público voltado a essa comunidade.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Direito LGBTQIAPN+; Direitos Humanos; Direitos; Travestis; Transexuais.

Abstract: The Janaína Dutra LGBT Reference Center in Fortaleza is a space for welcoming, defending, and promoting the rights of the LGBTQIAPN+ community, playing a crucial role in guaranteeing their rights and addressing the inequalities and violence that affect this community. Created by Complementary Law No. 133 of December 28, 2012, the Center emerged as a response to the growing demand for specialized services aimed at the LGBTQIAPN+ community. This Center is not just a physical service space, but a symbol of resistance and the fight for human rights. This interview was conducted with Alan Luz, a gay man, and Amanda Félix, a transgender woman, professionals affiliated with the Janaína Dutra LGBT Reference Center and who are also part of the LGBTQIAPN+ community. Their experiences lend even greater strength and legitimacy to their statements about the challenges, advances, and limitations of public services aimed at this community.

Keywords: LGBTQIAPN+; LGBTQIAPN+ Law; Human Rights; Rights; Transvestites; Transsexuals.

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, em Fortaleza, é um espaço de acolhimento, defesa e promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+, desempenhando

¹Antigo coordenador do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra. Pastor da Igreja Apostólica Filhos da Luz (IAFL), teólogo formado pela Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERPI), militante pelos Direitos Humanos, especialista em Gestão de Recursos Humanos com MBA em Gestão de Pessoas pela Descomplica Faculdade Digital, professor de cursos no Senac Ceará e educador social.

²Educadora Social do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e em Inglês pela Casa de Cultura Britânica da Universidade Federal do Ceará (UFC), ambas em 2022.

³Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2022). Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE (PPGS/UECE). Possui pós-graduação em Serviço Social, Política Social e Seguridade Social pela Faculdade do Maciço de Baturité (FMB). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Margens, Culturas e Epistemologias Dissidentes (GEPE MARGENS).

um papel crucial na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades e da violência que afetam essa comunidade. Criado pela Lei Complementar nº 133, de 28 de dezembro de 2012⁴, o Centro surgiu como uma resposta à crescente demanda por serviços especializados voltados à população LGBTQIAPN+. Este Centro não é apenas um espaço físico de atendimento, mas um símbolo de resistência e luta pelos direitos humanos.

Esta entrevista foi realizada com Alan Luz, homem gay, e Amanda Félix, travesti, profissionais vinculados ao Centro de Referência LGBT Janaína Dutra e que também fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. Suas vivências conferem ainda mais força e legitimidade às falas sobre os desafios, avanços e limites do serviço público voltado a essa comunidade⁵.

O nome do Centro é uma homenagem a Janaína Dutra, ativista trans nascida em Canindé, no interior do Ceará, que se tornou uma referência na luta pelos direitos das pessoas trans e na ampliação da visibilidade das questões de gênero e sexualidade. Janaína foi a primeira travesti a obter uma carteira profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conquistando um marco histórico. Sua incansável atuação em defesa da igualdade e dos direitos humanos deixou um legado inestimável, amplamente reconhecido pela sociedade civil e pelos movimentos sociais. Inspirado por sua memória, o Centro Janaína Dutra honra seu legado ao oferecer suporte abrangente à comunidade LGBTQIAPN+ em diversas áreas, promovendo inclusão, dignidade e direitos.

O Centro é parte integrante da Política Municipal de Direitos Humanos de Fortaleza, e está alinhado com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a População LGBT, implementada pelo governo federal e outros órgãos públicos. Essas políticas públicas visam garantir o respeito, a inclusão e a proteção das pessoas LGBTQIAPN+ contra discriminação, violência física e psicológica, além de promover o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, assistência social e jurídica. Assim, o Centro Janaína Dutra é não apenas um espaço de assistência, mas também um instrumento de cidadania e empoderamento para a comunidade LGBTQIAPN+ de Fortaleza.

⁴ BRASIL (Município). Lei Complementar nº 0133, de 28 de dezembro de 2012. Institui o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e dá outras providências. Fortaleza, Disponível em: <https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/images/4/40/LeiComp133-13.pdf3-3.pdf>. Acesso em 28 de março de 2025.

⁵ Em 2024, foram realizadas as eleições municipais de Fortaleza para a escolha do prefeito, vice-prefeito e vereadores.

IMAGEM 1 - Centro de Referência LGBT Janaína Dutra



Fonte: Autora (2025)

2 ENTREVISTA COM ALAN LUZ E AMANDA FELIX

Mayara Barreto de Castro: Qual foi a principal motivação para a criação do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra?

Amanda Félix: A motivação para a criação do Centro surgiu da necessidade urgente de oferecer suporte à população LGBT, especialmente às travestis, que enfrentavam altos índices de violência e violação de direitos. Naquela época, a gente sofria todos os tipos de violação. A população LGBT, principalmente a população T (travestis e transexuais), não tinham acesso a serviços básicos como saúde e segurança. Com isso, se tornou essencial a criação de um Centro que pudesse atender as necessidades da população LGBT de Fortaleza.

MBC: Quais são os principais serviços oferecidos pelo Centro de Referência LGBT Janaína Dutra?

AF: A Lei Complementar nº 133, de 28 de dezembro de 2012 vai te dizer melhor sobre as competências do Centro e o que é exigido. Mas, de forma resumida, temos uma equipe multidisciplinar com profissionais do Serviço Social, do Direito, da Psicologia e da Educação em Direitos Humanos.

O atendimento do Serviço Social é um atendimento inicial, no qual o usuário chega, abre seu prontuário e apresenta sua demanda. Por meio de uma escuta qualificada, o Serviço Social compreende as necessidades do usuário, oferecendo orientações e encaminhamentos adequados.

Por exemplo, uma travesti que está em situação de rua pode ser direcionada ao Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) pelo Serviço Social. Caso a assistente social identifique que a violência ou violação de direitos que ela sofre afeta sua saúde mental, poderá encaminhar ela para a Psicologia. A psicóloga, por sua vez, vai avaliar a necessidade do acompanhamento, e vai determinar se algumas sessões são suficientes ou se será necessário um encaminhamento para um serviço especializado. Caso a Psicologia e o Serviço Social identifiquem a possibilidade de uma denúncia, elas irão sugerir essa opção, e a usuária decidirá se deseja prosseguir ou buscar outra orientação. Caso opte pela denúncia, o encaminhamento será feito para o jurídico, garantindo o suporte necessário.

Existe também o “Grupo de Apoio e Convivência para Travestis, Transexuais e Pessoas Não-binárias”, que está em funcionamento desde 2017/2018 e é focado nessa população. O grupo é mediado pela psicóloga e conta com o apoio do setor educativo. Além disso, temos o nosso “Grupo de Estudos”, onde escolhemos um tema e o discutimos com toda a população, seja LGBT ou não, promovendo troca de conhecimentos e apoio.

Temos o “Diversidade na Cidade”, que oferece formações e capacitações promovidas pelo Centro Janaína em parceria com outros equipamentos municipais, como CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), UBS (Unidade Básica de Saúde), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e Escolas, voltadas para os profissionais da rede municipal. Eu, enquanto parte do setor educativo, também sou responsável por ir às escolas municipais, dialogar com os profissionais e, sempre que possível, com a comunidade estudantil, buscando disseminar conhecimento e promover a inclusão.

Queremos retomar o “CineTrans”, uma iniciativa em que selecionamos obras com temática LGBT para exibição, abertas a toda a população, seja LGBT ou não. Após a exibição, realizamos um “cinedebate”, onde discutimos os temas abordados nos filmes, promovendo um espaço de reflexão e troca de experiências.

Também realizamos ações pontuais, onde participamos como apoio. Um exemplo recente é o “pedal” em parceria com o movimento da AMC (Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania). Estamos sempre apoiando diversos eventos, e em junho teremos várias ações nas quais entraremos como apoio. Além disso, já recebemos doações de cestas básicas, que distribuimos para a população.

MBC: Houve algum serviço que foi oferecido no passado e que atualmente não está mais disponível?

Alan Luz: Devido a questões de organização política, estamos passando por algumas “podações”. Não que os serviços tenham deixado de existir, mas sim que foram remanejados para outro setor, outra coordenadoria. Mas, os serviços básicos permanecem.

MBC: Há planos para a implementação de novos serviços no futuro?

AL: Temos muitas ideias, mas, por ser um serviço municipal e considerando o ano político (2024), é difícil te responder com precisão neste momento⁶. Acredito que, após a nova gestão, vamos conseguir estruturar um cronograma de trabalho. Temos muitas ideias voltadas à empregabilidade, que é uma área que ainda precisamos desenvolver por aqui. Entre elas, estão parcerias com empresas, para trabalharmos juntos em questões relacionadas à população, oferecendo formações e capacitações para que as pessoas possam ocupar vagas nessas empresas.

Também pensamos em criar um banco de talentos, com currículos prontos, já que recebemos muitas solicitações de indicações, especialmente buscando pessoas trans. Além disso, temos o plano de incluir o Centro Janaína na lista de visitas guiadas dos órgãos municipais, trazendo alunos e professores para um dia de visita, para que possam conhecer o local.

MBC: Qual é o serviço mais procurado?

AL: Retificação de nomes. Mas, vai muito de época. Hoje, a maior parte do público que procura o Centro Janaína são pessoas trans em situação de vulnerabilidade, especialmente para acessar programas sociais. Infelizmente, muitos equipamentos ainda reproduzem uma visão LGBTfóbica. “É LGBT? Vai para o Janaína Dutra”, porém, não temos aqui serviços como os do CRAS, o que acaba obrigando a pessoa a retornar e buscar atendimento no seu bairro.

AF: Existe uma falha por parte dos próprios profissionais, que muitas vezes nem percebem essa situação como LGBTfobia. Em muitos casos, eles simplesmente não conhecem bem o funcionamento da rede de assistência. Uma travesti em situação de rua pode vir ao Centro Janaína para retificar seu nome, mas também busca informações sobre Aluguel Social⁷ ou Bolsa Família⁸. Como está em situação de rua, a demanda dela deveria ser atendida por outro equipamento. No entanto, por ser travesti, acaba sendo encaminhada para cá por profissionais que não sabem que não realizamos esse tipo de atendimento. Assim, ela acaba voltando para o Centro POP ou indo até o CRAS para tentar resolver sua situação.

⁶Disponível em: <https://blog.negociarimoveis.com.br/2024/07/01/aluguel-social/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

⁷Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 27 mar. 2025.

⁸ Disponível em: <https://www.hsm.ce.gov.br/2024/06/26/ambulatorio-sertrans-do-hsm-oferece-acompanhamento-especializado-em-processo-transsexualizador-com-equipe-multidisciplinar/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

Também tem a questão de que muitos profissionais, devido à alta rotatividade, sequer compreendem o funcionamento da rede, pois estão mais focados na política do que no atendimento integrado. Assim, seguem uma lógica simplificada: “se a pessoa está em situação de rua, deve acessar aqui, mas se for LGBT, é automaticamente encaminhada para o Janaína Dutra”.

E eu também concordo com o Alan. O maior público do Janaína Dutra é composto por travestis e transexuais em extrema vulnerabilidade, muitas em situação de rua, que buscam acessar direitos como Bolsa Família, aluguel social e atendimento no “Ambulatório Transexualizador”⁹. Nosso papel aqui é orientá-las e encaminhá-las para os serviços adequados, garantindo que tenham acesso aos seus direitos.

MBC: O Centro possui parcerias com outras organizações ou instituições? Se sim, de que forma elas contribuem para as atividades e serviços oferecidos?

AL: Algumas organizações municipais, como o IJI (Instituto Juventude Inovação)¹⁰ e a Rede Cuca¹¹, fazem parte da nossa rede de parcerias. Além disso, estamos em processo de avaliação de algumas empresas, pois há um grande receio em firmar novas colaborações sem um entendimento claro do impacto delas. Já temos parcerias consolidadas com alguns movimentos e instituições que conhecemos bem, mas, em muitos casos, essas parcerias funcionam mais como indicações, especialmente com Casas de Apoio e organizações que atuam no acolhimento.

Já tivemos experiências passadas com empresas nas quais indicamos pessoas e, infelizmente, essas pessoas sofreram transfobia ou violência. Isso acaba manchando o nosso nome, pois fomos nós que fizemos a indicação. Por isso, uma das medidas que tomei aqui foi tentar, primeiramente, conhecer melhor essas empresas, para entender se estão realmente preparadas para receber os usuários. É fundamental saber como elas lidam com questões como o uso de banheiros e o respeito ao nome social.

No caso de duas empresas com as quais estamos trabalhando agora, elas estão querendo promover vagas afirmativas, então fomos até lá, fizemos uma visita inicial e vamos retornar para realizar uma formação com os funcionários. O foco será sobre o uso de nomes sociais, pronomes corretos e outros detalhes importantes. Isso é essencial porque, se indicarmos essas empresas, o usuário vai entender que, como fomos nós que fizemos a recomendação, o atendimento será de qualidade e respeitoso.

⁹ Disponível em: <https://institutojuventudeinovacao.org/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/redecucaoficial/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

¹¹ Em 2025 o Centro ainda permanece no mesmo endereço: Rua Guilherme Rocha, 1469 - Centro, Fortaleza - CE.

MBC: De que maneira a comunidade local e o governo têm apoiado o Centro em suas atividades e iniciativas?

AL: A interação com os movimentos sociais tem sido muito positiva, pois eles entendem as necessidades e se juntam nas reivindicações, o que é muito bacana. No entanto, em relação ao governo, seja em nível municipal, estadual ou federal, a política LGBT continua sendo uma das menos investidas. Os incentivos são escassos, e é raro ver avanços significativos nessa área. Este ano, por exemplo, foi uma das primeiras vezes que vimos um edital da cultura com algo específico para a população LGBT. Então, a gente passa por muitas violações ainda.

A resistência conservadora é muito forte, o que torna o trabalho para conquistar avanços ainda mais delicado e desafiador. Observamos o CRAS recebendo investimentos tanto do município quanto de verbas federais, enquanto nós não contamos com esse tipo de apoio.

MBC: Quantas pessoas, em média, são atendidas mensalmente pelo Centro? Há algum tipo de acompanhamento?

AL: Varia muito de temporada, mas geralmente são de 20 a 30 pessoas.

AF: Temos, sim, um acompanhamento constante dos atendimentos. Toda sexta-feira, realizamos uma reunião de monitoramento. Quando uma travesti vem até nós para retificar o nome ou solicitar o Aluguel Social, por exemplo, encaminhamos para um CRAS.

Depois de um período de 10 a 15 dias, trazemos alguns nomes para a reunião de monitoramento, entramos em contato com as pessoas para saber se o encaminhamento no CRAS foi bem-sucedido. Se a resposta for negativa, perguntamos se ainda têm interesse, já que muitas vezes, principalmente a população em situação de rua, perdeu documentos ou é roubada. Se conseguimos contato, monitoramos o caso.

Às vezes, elas nos dizem, por exemplo, que a assistente social pediu um título de eleitor, e aí perguntamos se elas querem tirar o título. Se sim, fazemos um novo encaminhamento e, depois, ligamos novamente para verificar se deu certo. Se tudo estiver resolvido, perguntamos se precisam de mais alguma coisa, e se não, encerramos o caso.

MBC: Como é composta a equipe de funcionários do Centro e quais são suas principais funções? Há requisitos específicos para trabalhar no local? Qual é o regime de contratação adotado?

AL: Atualmente, contamos com 5 funcionários: 1 psicóloga, 1 assistente social, 1 educadora, 1 coordenador e 1 pessoa na assessoria. Estamos aguardando a contratação de 2 novos profissionais: 1 assistente social e 1 jurídico, pois estamos no processo de ampliar o atendimento. Hoje, o atendimento ocorre apenas pela manhã, já que nossos técnicos trabalham 20 horas semanais.

Estamos esperando uma nova assistente social para trabalhar no turno da tarde, também com 20 horas, e um novo profissional jurídico, pois o último saiu. Não há exigência de que os funcionários sejam LGBT, já que a contratação é feita pela prefeitura, e o processo de seleção é conduzido por ela.

MBC: O espaço físico atual é adequado para atender às demandas do Centro? Há alguma necessidade de ampliação ou melhorias?

AL: O prédio atual não atende às nossas necessidades, e ele não pertence ao Centro de Referência. A promessa é de que ele será reformado e devolvido para a Igualdade Racial, enquanto nós seremos transferidos para um local que seja realmente nosso. O novo prédio já está pronto, mas ainda está passando por processos burocráticos. A previsão é que a mudança aconteça até o final de 2024¹².

MBC: Quais são os principais desafios que o Centro enfrenta na prestação dos serviços à comunidade?

AL: Recurso. Se tivéssemos mais recursos, poderíamos atender muito melhor. Hoje, por exemplo, não temos um carro à disposição, o que dificulta bastante o trabalho. Às vezes, precisamos ir até outras unidades, como o CRAS ou o posto de saúde, e o advogado precisa fazer acompanhamentos mais específicos, como ir até a delegacia. A falta de um veículo próprio acaba limitando bastante nossa capacidade de atendimento e acompanhamento dessas demandas.

MBC: Pode compartilhar alguma história de sucesso ou caso em que o Centro tenha feito uma diferença significativa na vida dos usuários?

AF: Uma usuária, que fala abertamente sobre sua sorologia, compartilhou sua história conosco. Quando foi diagnosticada com AIDS, não foi tratada como portadora de HIV, mas já diretamente com o diagnóstico de AIDS. Ela ficou em negação por muito tempo. Era uma travesti, preta, nordestina, que estava em São Paulo, tentando melhorar a vida, como muitas de nós travestis fazemos, se envolvendo na prostituição. Foi lá que ela foi infectada.

Ela ficou resistente ao tratamento, recusava-se a tratar, e, como resultado, começou a passar a doença para outras pessoas. Ela contou que teve AIDS sete vezes: começava o tratamento, mas, devido à drogadição, a carga viral voltava a subir. Eventualmente, ela foi para a rua e veio de São Paulo para cá. Aqui, conheceu uma travesti da nossa rede de afeto, que a convidou a vir ao Centro, dizendo que ela seria bem acolhida e que conseguiríamos

¹² Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/projeto-media-doacoes-de-roupas-e-acessorios-para-pessoas-lgbt-em-situacao-de-vulnerabilidade>. Acesso em 27 de março de 2025.

auxiliá-la. Hoje, ela está indetectável. Ela acolheu a sugestão que fizemos sobre a importância do tratamento.

Durante esse período de luta contra a AIDS, ela teve uma infecção grave causada por urina e fezes de gato, o que comprometeu ainda mais sua imunidade e a levou a perder o movimento de um braço e de uma perna. Com nosso apoio, conseguimos viabilizar tanto o tratamento dessa infecção quanto o tratamento contínuo para o HIV. Conseguimos acessar uma série de políticas públicas que ela precisava e hoje ela está em uma situação bem diferente. Ela manda quase semanalmente mensagens lindas de agradecimento, dizendo que mudamos sua vida. Hoje, ela não está mais naquela extrema vulnerabilidade e tem uma nova perspectiva para o futuro.

A retificação não é só a mudança de nome, é a mudança de vida. Quando eu estudava na UECE (Universidade Estadual do Ceará), foi o Centro Janaína que fez a minha retificação. Na universidade, pensei em desistir várias vezes porque não respeitavam meu nome social, nem os professores, nem a coordenação do curso, nem a própria instituição. Eles nem me deram a oportunidade de colocar meu nome social na inscrição, e em 2017, a diversidade de gênero não era acolhida. Quando isso aconteceu, entrei em contato com o Centro Janaína, e o centro fez uma intervenção, pressionando a UECE para efetivar o nome social, que já era garantido por lei naquela época. Depois disso, nunca mais passei por constrangimentos, o que realmente mudou minha vida, assim como a de muitas outras pessoas trans.

AL: Fiquei muito mexido com a história de uma menina, super capacitada, fala 4 idiomas, é professora, mas, por ser trans, estava sem trabalho. No Natal, a gente conseguiu dar uma cesta básica pra ela, e ela disse que, se não fosse isso, não teria o que comer. Um dia desses, ela passou aqui pra agradecer e contar que conseguiu um emprego.

AF: O que podemos esperar de uma jovem com tanto potencial, mas que não tem sequer o que comer? Como ela pode ter perspectiva de futuro, se o básico está faltando? Não se trata de assistencialismo, mas sim de um direito que ela tem. Ela havia vindo antes para fazer a retificação, mas estava com medo de transicionar pelo processo e por temer sofrer transfobia. Ela dizia que, se não fosse o apoio da psicóloga naquele momento, teria desistido de tudo, até da vida.

MBC: O Centro coleta feedback dos usuários? Se sim, como é feito esse processo?

AL: Sim, na recepção temos uma caixa de sugestões e feedback, além de um formulário online para facilitar o envio das opiniões. Durante nossas formações e reuniões, também sempre pedimos uma avaliação para entender melhor as necessidades e percepções. O “Grupo de Estudos” é uma iniciativa em que os temas abordados são sugeridos pelos participantes.

MBC: O Centro oferece oportunidades para voluntários? Como as pessoas podem se envolver e contribuir com o trabalho desenvolvido?

AL: Somos abertos para receber e acolher, mas a prefeitura impõe algumas restrições.

MBC: Como a comunidade pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento do Centro?

AL: Divulgar as ações e cobrar os direitos é fundamental, pois muitas pessoas estão passando por violações de direitos e não sabem nem das leis que as protegem. Um dos meus planos é incluir o Centro Janaína Dutra na lista de visitas guiadas dos órgãos municipais, para que mais pessoas conheçam o trabalho que realizamos e a política do Centro. Hoje, recebemos um grupo do Direito, e eu comentei com eles sobre a importância de garantir que a informação chegue até o usuário. Muitas pessoas não conhecem o Centro de Referência, muito menos sabem sobre seus direitos, o que torna ainda mais difícil enfrentar situações de violação.

AF: Com doações. Existe um projeto chamado “LGBTenda”, que recebe doações de peças trazidas pela comunidade. Nós fazemos uma triagem dessas doações e as distribuímos para a comunidade LGBT em situação de vulnerabilidade. Essa é uma grande maneira de ajudar, especialmente porque muitas das meninas e meninos que chegam até nós estão em situação de rua. Eles nos contam que passam frio e, às vezes, não têm nem o básico para se proteger. Então, é um pedido que fazemos: se você tiver peças de roupa em bom estado, nós aceitamos com muito carinho. No entanto, aqui não é depósito, então pedimos que as doações sejam de peças usáveis.

IMAGEM 2 - Sala do projeto “LGBTenda”



Fonte: Autora (2025)

MBC: Na sua opinião, quais são as principais barreiras legais e sociais enfrentadas pelas pessoas LGBT? Como o Centro está atuando para superá-las?

AL: Respeito ao nome social. Respeito ao uso do banheiro. A questão da LGBTfobia em equipamentos e em locais.

O centro está trabalhando ativamente nessas questões, promovendo o respeito ao nome social, ao uso do banheiro e combatendo a LGBTfobia. Hoje, os equipamentos da prefeitura estão passando por um processo de formação para melhor lidar com essas questões. Também avançamos na educação municipal, e ao final do ano, inauguramos a Coordenadoria de Diversidade e Inclusão, que criou células nos distritos de educação das regionais. Essas células têm o objetivo de atender os casos diretamente nas escolas. A equipe de formadores capacita outros monitores para garantir que esses direitos sejam respeitados no ambiente escolar.

No final de semana passado, conseguimos organizar um mutirão de saúde voltado para a população trans, o que representou um avanço significativo. Foi a primeira vez que tivemos algo específico para esse público. Embora ainda seja um passo inicial, é algo inédito, pois até então a saúde não havia oferecido um atendimento direcionado onde as pessoas trans, especialmente aquelas com útero, pudessem se sentir mais confortáveis ao buscar um ginecologista ou serviços relacionados. Esse mutirão foi um marco importante, e esperamos que seja o começo de outras ações desse tipo.

A gente ainda esbarra muito com questões relacionadas ao fundamentalismo, negacionismo e conservadorismo. A questão religiosa, em particular, é uma barreira imensa. Quando chegamos para fazer formações ou palestras, encontramos pessoas que se recusam a participar ou aceitar certas questões porque aprenderam que aquilo é errado com base em suas crenças religiosas.

Já temos leis que garantem nossos direitos, mas o que falta é a atualização dessas leis e, principalmente, a sua efetiva aplicação. A Amanda já sofreu transfobia em locais públicos, e eu também passei por homofobia no ambiente de trabalho. Existe uma lei municipal de Fortaleza, que estabelece o respeito às pessoas LGBT em estabelecimentos¹³, mas, na prática, cadê a aplicação dessa lei? Muitas vezes não vemos essas proteções sendo cumpridas. Antes de você chegar, eu estava assistindo a um vídeo sobre uma menina trans, já redesignada, que foi recusada por um ginecologista no Sudeste, simplesmente por ser uma mulher trans, mesmo após ter feito a cirurgia. Então assim, é complicado.

¹³ O Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues é um espaço de acolhimento e atendimento para a população LGBT+ no Ceará, vinculado à Secretaria da Diversidade (Sediv). Oferece serviços gratuitos de assistência social, psicológica e jurídica, além de apoio na retificação de nome e inclusão no mercado de trabalho. O Centro também combate a LGBTfobia e promove ações de inclusão. O nome homenageia Thina Rodrigues, ativista trans que lutou pelos direitos da comunidade LGBT+. Disponível em: https://www.diversidade.ce.gov.br/cerlgbt-thina-rodrigues/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 27 mar. 2025.

MBC: Quais os planos futuros do Centro? Há projetos de expansão ou novas iniciativas sendo planejadas?

AL: Nós dependemos de uma instância maior para que as mudanças realmente aconteçam. Podemos até sonhar com melhorias, mas se isso não se tornar uma política pública ou não for transformado em lei, acaba não se concretizando.

MBC: Há alguma articulação ou parceria com o Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues?

AL: Somente na questão da divisão de demandas. Quando a demanda é municipal, eles encaminham para a gente, e quando é uma demanda estadual, nós encaminhamos para eles. É um processo de encaminhamento baseado na esfera de responsabilidade de cada um¹⁴.

REFERÊNCIAS

BRASIL (Estado). **Lei Nº 17.480, de 17 de Maio de 2021, do Ceará:** DETERMINA A FIXAÇÃO DE AVISOS NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS OU PRIVADOS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL OU IDENTIDADE DE GÊNERO. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/2731304504/lei-17480-21-ce>. Acesso em: 27 mar. 2025.

Recebido em: 28/03/2025
Aceito em: 08/05/2025

¹⁴ Importante destacar que a entrevista apresentada neste material teve todas as falas das pessoas entrevistadas preservadas, sem alterações, com o objetivo de manter a fidelidade do que foi discutido durante o encontro.